

A Pandorga e a Lei: passado-presente-futuro

The Pandorga and the Law: past-present-future

Joana D'Arc Fernandes Ferraz

Universidade Federal Fluminense
joanadferraz@gmail.com

Resumo: Percorrendo os diferentes tempos provocados pela peça *A Pandorga e a Lei (1983-1984)*, de João das Neves, este artigo pretende pensar as relações entre memória e crise no Brasil contemporâneo, a partir do conceito de duração e dos seus desdobramentos, inaugurado por Henri Bergson. Foi feita a leitura pública desta peça, pela primeira vez, no I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais - RJ, ocorrido nos dias 28, 29, 30, 31 outubro e 1º de novembro de 1985, na Universidade Cândido Mendes. Este Seminário formalizou a fundação do GTNM-RJ. Nossas reflexões têm como ponto de partida a ditadura empresarial-militar brasileira. Mais do que um tempo linear, cronológico e quantitativo, o tempo da duração é múltiplo e qualitativo. Nele, passado, presente e futuro interagem incessantemente, suscitam problemas, reativam feridas, cicatrizes e abrem brechas. Atravessar as fronteiras do tempo, olhar para os horrores do passado, perceber o que tem deste passado no presente e atentar para o que ele pode nos acenar para o futuro impõe-se como desafio à compreensão do panorama contemporâneo brasileiro.

Palavras-chave: Ditadura Empresarial-militar Brasileira; Crise; Memória; Duração; Teatro.

Abstract: Going through the different times provoked by the theatre play *The Pandorga and the Law (1983-1984)*, by João das Neves, this article intends to think the relations between memory and crisis in contemporary Brazil, starting from the concept of duration and its ramifications, inaugurated by Henri Bergson. This play was read for the first time in the 1st Seminary of the *Grupo Tortura Nunca Mais - RJ* (GTNM-RJ), held on October 28, 29, 30, 31 and November 1, 1985, at Cândido Mendes University. This Seminar formalized the foundation of the GTNM-RJ. Our reflections are based on the Brazilian business-military dictatorship. The duration time is multiple and qualitative more than a linear chronological and quantitative time. Which past, present and future incessantly interact, raising problems, reviving wounds, scars and opening gaps. Beyond the borders of time to look at the horrors of the past, to understand what remains of past in the present, and to consider what it can beckon us to the future, imposes itself as a challenge to the understanding of the contemporary Brazilian panorama.

Keywords: Brazilian business-military dictatorship; Crisis; Memory; Duration; Theater.

Recebido: Novembro 2017

Aprovado: Dezembro 2017

João das Neves: *Eu não teria muito a falar. Acho que, eu e os atores, tentamos mostrar alguma coisa através da peça. [...] Precisamos, com mais clareza ainda, perceber que a violência que existiu nos últimos vinte anos existiu sempre na história do Brasil. Foi institucionalizada nesse período, mas sempre existiu. Ela é um de nossos "patrimônios históricos" mais caros. Esse, sim, precisa ser derrubado. [...] A nossa vida está impregnada dela.*¹

A verdade é que, se uma percepção evoca uma lembrança, é para que as circunstâncias que precederam, acompanharam e sucederam a situação passada lancem alguma luz sobre a situação atual e mostrem por onde sair dela. [...] a lembrança que tende a reaparecer é a que se parece com a percepção num certo aspecto particular, aquele que pode aclarar e dirigir o ato em preparação. Quanto mais a consciência se desenvolve, mais ela aclara a operação da memória e também mais deixa transparecer a associação por semelhança – que é o meio – por trás da associação por contiguidade – que é o objetivo.

Henri Bergson.²

Introdução

O tempo, enquanto uma medida e não mais como experiência, aumentou o controle dos homens sobre a natureza, afastou-os de uma relação dependente com ela e suavizou o perigo dos agentes externos. Diminuiu o perigo que a imaginação poderia nos causar, mas nos aterrou de tal forma ao mundo real que deixamos de nos sentir como parte da natureza. Além disso, "aumentou o perigo que os homens representam uns para os outros".³ Sem se dar conta, os homens estão tão fragilizados quanto estavam quando eram totalmente subordinados aos desígnios da natureza. "O capital define-se por uma crueldade sem igual quando comparada com o sistema primitivo da crueldade, define-se por um terror sem igual quando comparado com o regime despótico do terror."⁴

Este tema também pode ser visto por Walter Benjamin, em seu questionamento sobre a condição do homem contemporâneo. Um homem "nu, deitado como um recém-nascido nas fraldas sujas de nossa época".⁵ O que o homem contemporâneo ganhou em capacidade de dominar a natureza, em capacidade de controlar o tempo, perdeu em vestígio, perdeu em

¹ ELOYSA, Branca (org.). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 124-125.

² BERGSON, Henri. *A Energia Espiritual*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. 143-144.

³ ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 142.

⁴ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*. Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2010, p. 495.

⁵ BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 116.

rastro, perdeu em experiência. “Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda útil do ‘atual’.”⁶

Enterrados em um tempo cronológico, no tempo da vida útil – tempo das nossas obrigações diárias –, perdemos o sentido do tempo enquanto duração, como diferença, virtualidade e possibilidade. O tempo, no sentido da duração, é indivisível e se atualiza sem cessar. O retorno a esta experiência da duração e a compreensão do seu conteúdo ético-político são fundamentais para a nossa reflexão sobre a relação entre a memória e a crise do Brasil contemporâneo.

No prefácio do livro *Afogados e Sobreviventes*, Primo Levi ressalta que o objetivo mais ambicioso deste livro não é contribuir para o esclarecimento sobre a experiência do campo de concentração – embora não descarte este objetivo –, mas buscar responder o que permanece desta herança em nós e na sociedade. “Em que medida o mundo concentracionário morreu e não retornará mais, como a escravidão e o código dos duelos? Em que medida retornou ou está retornando?”⁷

Interessa-nos neste artigo, a partir da obra *A Pandorga e a Lei* (1983/1984), de João das Neves, por meio do conceito de duração e de seus entrelaçamentos (multiplicidade e diferença), pensar a relação entre memória e crise. As memórias da repressão e das políticas de enfrentamento, empreendidas por diversos setores da sociedade, à ditadura empresarial-militar brasileira serão nosso ponto de partida.

Há na duração algo muito maior que a sua suposta neutralidade. Se tomarmos como referência a experiência que a modernidade nos trouxe, talvez fique visível a possibilidade de incluirmos dentro do sentido da duração a percepção de crise. Duração e crise se cruzam a todo momento e sinalizam não somente aquilo que estava previsto, mas instauram também o tempo do Acontecimento, do Aion, que aponta para as singularidades. “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja **no momento de um perigo.**”⁸

Quando falamos da existência de uma crise, em termos gerais, estamos falando da nossa condição humana. Sobre esta condição estamos invariavelmente vulneráveis, posto que a todo instante somos ameaçados. A sociedade mesma é um perigo para todos nós. Olhando mais de perto, a crise que estamos ocupados em discutir neste artigo é a crise de um modo específico de formação social, que nos lança a uma subjetividade produzida pela máquina capitalista e que se consolidou, no Brasil, com o golpe empresarial-militar.

Os relatos dos sobreviventes da ditadura empresarial-militar brasileira, apresentados na peça *A Pandorga e a Lei*, por meio dos seus testemunhos e dos seus familiares, incluindo os seus danos transgeracionais, a humilhação sofrida, a violência a que foram submetidos, trazem para o presente muito mais do que a memória de um passado de horror e sinalizam

⁶ BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica... Op. cit.*

⁷ LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 7.

⁸ *Op. cit.*, p. 224. Grifo meu.

questões importantes em relação ao futuro. Pretendo neste artigo olhar um pouco mais atentamente para essas permanências que o passado tem nos imposto. Tocar um pouco mais nessas perenidades. O olhar para o passado, no entanto, é insuficiente, uma vez que nós jamais somos de novo. O passado permite recobrar em nós uma reflexão atenta sobre o futuro. O que vem à tona do passado não é algo espontâneo e sem sentido. É o que nos faz nos preservar rumo ao futuro. O espírito, ou seja, a consciência “é memória – conservação e acumulação do passado no presente”⁹ A função principal da consciência [memória] é antecipar o futuro. Se nos preocupamos com o que existe é porque estamos visando principalmente o futuro, uma vez que o tempo todo estamos atentos à vida. “O futuro está ali; ele nos chama, ou melhor, nos puxa para si: essa tração ininterrupta, que nos faz avançar no caminho do tempo, é também a causa de agirmos continuamente. Toda ação é uma invasão ao futuro.”¹⁰

O conceito de diferença e de multiplicidade, expressos na obra do sociólogo Gabriel Tarde,¹¹ que foi trazida por Deleuze depois de um longo esquecimento na Academia,¹² nos auxilia na compreensão do sentido de duração que trabalharemos neste artigo. As diferentes dimensões do tempo, em seus múltiplos acontecimentos, apontam para um número infindável de possíveis, esses possíveis também será objeto de nossa investigação:

Sempre que uma realidade morre, ela sepulta consigo seu cortejo de possíveis; mas, também, sempre que uma realidade nasce, ela faz avançar em um grau seu cortejo de possíveis. Como não se pode conceber uma realidade sem virtualidade, isto é, sem um certo excesso da *potência* sobre o *ato*, a realização de todos os possíveis implica contradição.¹³

Denominaremos de “golpe empresarial-militar” ao terror do Estado, iniciado em 1º de abril de 1964, no Brasil, e estendido até 1985, com a saída dos militares do comando executivo do Estado, passando o poder para o civil José Sarney, eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral,¹⁴ em 1984. A nossa escolha em relação a esta definição foi delineada a partir dos argumentos de René Dreiffuss de que houve toda uma articulação silenciosa para tomar o poder, entre 1962 e 1964, dentro do Instituto de pesquisas e Estudos Sociais (IPES), seguindo passos bem articulados, “quando a estratégia se converteu em política e atividades político-partidárias finalmente se transformaram em ação militar”.¹⁵

O IPES canalizava interesses da burguesia, em conformidade com o projeto de acumulação capitalista, promovido pelos Estados Unidos, juntamente com os militares das Forças Armadas dos dois países. Dreiffuss destaca que não foram a “crise político-econômica do período e o imediato colapso do regime” que engendraram o golpe. Este já vinha sendo

⁹ BERGSON, Henri. *A Energia Espiritual*. *Op. cit.*, p. 5.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. Org.: Eduardo Viana Vargas. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

¹² *Passim*.

¹³ *Op. cit.*, p. 214. Grifos do autor.

¹⁴ O Colégio eleitoral, instaurado em 1984, foi composto por Senadores eleitos indiretamente (Senadores biônicos), Senadores, deputados federais e representantes do partido majoritário de cada Assembléia Legislativa.

¹⁵ DREIFFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, p. 289.

articulado pelo IPES, em nível político e ideológico, desde a sua formação, em 1962. O IPES não foi uma política local. Em toda a América Latina havia instituições deste perfil. Sem deixar rastros, agindo silenciosamente, sua influência era fortalecida por instituições criadas em seu interior.

Os órgãos que apareciam publicamente ou se responsabilizariam pelo desenvolvimento da campanha da elite orgânica seriam, naturalmente, a ADEP,¹⁶ o IBAD,¹⁷ a ADP,¹⁸ a Promotion S.A.¹⁹ e o SEI, entre as mais significativas agências civis e civil-militares! Bem como os conhecidos órgãos políticos que operavam lado a lado com o IPES, como a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa - ADCE. Além disso, a ação do IPES não se restringiria a organizações de classe e grupos políticos de ação, mas, ao contrário, alcançaria todo segmento organizado da sociedade. Suas táticas serviriam de modelo para os acontecimentos de quase dez anos depois no Chile.²⁰

A despeito de toda repressão ocorrida, desde 1º de abril de 1964, devido ao golpe empresarial-militar brasileiro (1964-1985), as manifestações de forças insurgentes sempre existiram no Brasil. Protagonizadas, inicialmente, em sua maioria, por esposas, noivas, mães e atingidas/os diretamente pela repressão. Pessoas de diferentes classes sociais inauguram lutas históricas pela busca dos seus familiares, pela elucidação da causa das mortes, pela anistia e pelo retorno dos exilados. Movimentos que ultrapassaram as fronteiras nacionais perturbaram e afrontaram a repressão.

No campo da cultura, inúmeros projetos contra-hegemônicos, desde a década de 1960, assinalam e denunciam o terror do Estado. Na música, no teatro, nas artes plásticas, enfim, a repressão foi criticada, denunciada e ridicularizada. Foi neste contexto da repressão e dos movimentos oposicionistas à ditadura que, desde a década de 1960, João das Neves escreveu inúmeras peças de teatro, dentre elas, *O Último Carro*, escrita entre os anos de 1964 e 1965,²¹ *O quintal* (1978); *Café da manhã* (1980); *Cadernos de Acontecimentos* (1987), *Tributo a Chico Mendes* (1988) e *Yuraiá: o rio do nosso corpo* (1992), *Primeiras estórias* (1992 e 1995) *Pedro Páramo*, *Troços e destroços* (1998), *O homem da cabeça de papelão* (2001) e *Cassandra* (2002). É autor do livro *A análise do texto teatral*. Rio de Janeiro: Editora Europa, 1997. A *Pandorga e a Lei*, objeto de nossa reflexão, foi escrita entre 1983 e 1984.

¹⁶ Ação Democrática Popular (ADEP).

¹⁷ Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

¹⁸ Ação Democrática Parlamentar (ADP).

¹⁹ Agência de propaganda.

²⁰ DREIFUSS, René Armand. 1964... *Op. cit.*, p. 231.

²¹ "João Pereira das Neves Filho (Rio de Janeiro, RJ, 1934). Diretor, escritor, ator, iluminador, cenógrafo e produtor cultural. Fundador do Grupo Opinião e diretor do CPC da UNE no início da década de 1960. O *Último Carro*, encenado em 1976. Escrito entre 1964 e 1965 e vencedor de prêmio concedido em 1966, durante o Seminário de Dramaturgia Carioca, a montagem é o grande sucesso da temporada de 1976. Ainda na década de 70, João das Neves coloca em cena a questão feminina na *montagem Mural Mulher* (1979), com seu texto e direção. A peça é construída através de um mosaico de cenas com pautas feministas e encenada apenas por mulheres. A peça torna-se importante pelo fato de já indicar a multiplicidade de lutas sociais que se expandiram nos anos finais da ditadura, tais como o feminismo, a questão LGBT, os movimentos de anistia e outros". João das Neves. (Verbetes). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa20122/joao-das-neves>>. Acesso em: 05 out. 2017.

Esta peça foi lida no Seminário que formalizou a fundação do Grupo Tortura Nunca Mais - RJ (GTNM-RJ), ocorrido nos dias 28, 29, 30, 31 outubro e 1º de novembro de 1985, na Universidade Cândido Mendes. O Grupo Tortura Nunca Mais - RJ é um movimento social, que surgiu no Rio de Janeiro, em 1985, no calor das discussões e das lutas sobre os processos de anistia, desaparecimentos, clandestinidade, luta armada, prisões e torturas produzidos pela ditadura empresarial-militar brasileira. Dentre seus fundadores, muitos haviam sido presos, torturados, exilados e viveram anos na clandestinidade. Destacam-se, também, como fundadores os familiares de mortos, desaparecidos, exilados e ex-presos.

Participaram deste evento de fundação do GTNM-RJ, além dos seus integrantes e militantes, intelectuais, juristas e religiosos. Um dos convidados foi o teatrólogo João das Neves. Neste evento, ele foi convidado a encenar a sua peça *A Pandorga e a Lei*. No entanto, a censura proibiu a encenação da peça, inclusive a sua leitura pública, sob o argumento de que esta peça atentava contra a *Lei de Segurança Nacional* (1983). A despeito desta censura, a peça foi lida. Todo o registro deste evento foi transcrito na íntegra e transformou-se em um livro, organizado por Branca Eloya.²²

Os tempos se entrecruzam na peça e nos lançam à reflexão sobre os múltiplos tempos da memória, que são constantemente reeditados em direções múltiplas, inclusive ao seu esquecimento. A relação que temos com o tempo da memória, com a duração, não é linear, organizada, medida e quantificada. A referência ao passado, às torturas, às dores, à morte, ao desaparecimento, às sedições, à *Lei de Segurança Nacional* não traduzem somente o tempo que foi. Não se referem apenas ao momento em que essa peça foi escrita (1983/1984), nem somente ao momento em que foi lida pela primeira vez – no *I Seminário de fundação do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ* (1985) –, mas, atualiza-se como um fio pujante que une toda essa massa de horrores ao momento em que estamos vivendo. Em outra direção, pode também, a partir dessa massa de horrores, construir outros modos de existir, afirmando o seu devir, que nos impele incessantemente a nos recriar.

Em *A Pandorga e a Lei* esta multiplicidade de tempos se expressa nas cenas, na relação do público com os personagens, na apresentação trágico-cômica do horror, no espaço de encenação em que se misturam os atores e o público, sentados lado a lado. Os diferentes momentos da ditadura, abrangendo três décadas: 1960, 1970 e 1980, são contemplados sem a precisão cronológica. O diálogo que une os personagens é a situação de embate às opressões da ditadura. Cada personagem sofre, mas resiste. Cada um ao seu modo, como veremos.

Esta peça, bem como toda a obra de João das Neves, discorre sobre os inúmeros problemas sociais. Ela denuncia os horrores que sofreram os atingidos pela ditadura empresarial-militar brasileira e o perigo do retorno desse passado, com a reedição da *Lei de*

²² ELOYSA, Branca (org.). *I Seminário do... Op. cit.*

Segurança Nacional (Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983). No momento em que ele escreveu esta peça esta lei estava sendo reeditada pela sexta vez, em 1983.²³

A exibição pública desta peça está disponível no site do *Ciclo de leituras do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro (SATIED)*, sob a direção de João Procópio, publicado em 18 de março de 2016. Foi esta a fonte utilizada para este artigo. Os trechos citados foram transcritos pela autora.²⁴ Não se pretende aqui descrever toda a peça e sequer trabalhar na mesma sequência em que esta foi escrita. As cenas serão selecionadas de acordo com os temas discutidos. Muitos personagens desta peça/denúncia não são ficção, até mesmo alguns dos seus nomes são reais. As suas falas são testemunhos. São eles:

- 1) Emílio Bonfante;
- 2) Camponeses de Cachoeiras de Macacu: Manuel Ferreira, Generino e Zé Curinga;
- 3) Três moças seviciadas: Martha, Marcia e Marciane;
- 4) Tânia;
- 5) Frei Tito;
- 6) Fátima;
- 7) Mãe de Hamilton;
- 8) Onofre e
- 9) Maria Auxiliadora Lara Barcelos.

Na primeira parte deste artigo, discutiremos as relações entre Lei e obediência e o modo como a subjetividade capitalista atravessa toda a formação social, infiltrando-se como uma água que não cessa de pingar, construindo desejos, vontades, amores, afetos, num universo de culpabilidade e de dívida infinita. Na segunda parte, serão destacados alguns personagens que foram excluídos da memória do Estado e da memória de muitos militantes, bem como as suas possibilidades de constituírem modos de contra-efetuação à política de terror imposta. Na terceira parte, nos dedicaremos às formas como o Estado tem administrado o seu aparato repressivo até hoje. Em via oposta, veremos na terceira parte, as possibilidades que o grotesco pode construir fluxos diferenciados que não operam na lógica de ampliação do capital. A análise da peça *A Pandorga e a Lei* nos permitiu perceber a forma como o Estado atua em sua política de preservação do passado de horror. Não poderíamos supor que fosse

²³ A primeira lei contra crimes de ordem política e social data de 1935 (Lei 38, de 4 de abril de 1935); a segunda lei amplia a repressão incluindo novos crimes relacionados à ordem política e social (Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953); a terceira lei, criada na ditadura, foi estabelecida por um decreto (Decreto-Lei 314, de 13 de março de 1967). Esta lei foi a primeira Lei de Segurança Nacional brasileira, “elaborada pela Escola Superior de Guerra, sob inspiração norte-americana” (Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>>. Acesso em: 26 set. 2017), baseada na *Doutrina de Segurança Nacional*. Pela primeira vez na história do Brasil, constituiu-se uma “nova concepção de guerra, contra um ‘inimigo interno’”, conforme assinala Cecília Coimbra. (*Psicologia em Estudo*, Maringá (PR), DPI/CCH/UEM, v. 5, n. 2, 2000, p. 10) a segunda *Lei de Segurança Nacional* (Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969) foi mais severa que a anterior. A terceira *Lei de Segurança Nacional* foi a Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978; a quarta *Lei de Segurança Nacional* está em vigor ainda hoje (Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983).

²⁴ *A Pandorga e a Lei*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7ZZJBA0bgA>>. Acesso em: 01 out. 2017.

diferente, uma vez que atua sempre para a ampliação da acumulação capitalista. Porém, também vimos o tempo da duração, das rotas de fuga, daquilo que extrapola. O tempo do fora-dentro, que contém e está contido de infinitas possibilidades, produzindo abortos, como Tarde nos diz.²⁵

1. A Lei e a obediência

O golpe empresarial-militar (1964-1985) foi o resultado de uma combinação de fatores internos e externos que marcaram o fortalecimento do capitalismo no Brasil. Internamente, havia uma elite empresarial sedenta de relações mais sofisticadas com o capital internacional, especificamente com os EUA. Havia, também, uma aproximação estreita das Forças Armadas com o poderoso aparato militar estadunidense. Esses interesses foram tramados dentro do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), desde 1961, quando este foi criado. Neste contexto,

O "pacto populista" entre o governo de João Goulart e os setores populares começava a se tornar perigoso para a expansão do capital estrangeiro. A situação crítica da economia brasileira, com inflação galopante, crises de recessão e o fantasma da comunização propiciavam a propaganda, junto às classes médias, da necessidade de um governo forte. Neste quadro deu-se o golpe militar de 1964, quando as forças armadas ocuparam o Estado, para servirem aos interesses dos capitais estrangeiros.²⁶

Em 1964, imediatamente após o golpe, com a chegada as tropas de Mourão filho ao Rio de Janeiro – comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediados em Juiz de Fora (MG) –, a extrema violência tomou de assalto diferentes setores da sociedade brasileira. Essa repressão foi generalizada, espalhando-se para todo o Brasil. Invadiram vários sindicatos e empresas – como o Sindicato dos Operários Navais, em Niterói; Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Duque de Caxias; Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Bancários, no Rio de Janeiro, dentre outros –, prendendo as lideranças, torturando e matando, inclusive dentro dos seus locais de trabalho. Seis lideranças dos operários navais, entrevistados pela autora, em 2015, denunciaram que foram presos nos estaleiros em que trabalhavam e, ali mesmo, já começaram as torturas. Em seguida, alguns operários foram para navios, prisões civis e militares. Depois de abarrotados estes espaços, muitas pessoas foram presas no Estádio Caio Martins, em Niterói. Segundo o relato dos operários navais, mais de quinhentas pessoas foram presas no Estádio Caio Martins. Esses operários relatam que lá no Caio Martins tiveram contato com camponeses de Cachoeiras de Macacu. Outros foram para este estádio, depois de passarem por uma triagem (torturas) nos órgãos de repressão. Lá, essas pessoas permaneceram incomunicáveis, ficaram dias sem comer, sem beber, com dificuldades até para fazer as suas necessidades básicas. Em meio a tudo isso, as torturas não

²⁵ TARDE, Gabriel. *Monadologia e Sociologia... Op. cit.*

²⁶ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência. *Psicologia em Estudo*, Maringá (PR), DPI/CCH/UEM, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000, p. 5.

cessaram. Os operários que conseguiram escapar da prisão tiveram que viver na clandestinidade.

No dia 1º de abril, a UNE e estudantes das universidades públicas cariocas também foram severamente reprimidos. Neste dia, a sede da UNE foi metralhada e incendiada. Na educação, o desmonte começou nos primeiros dias do golpe, em 14 de abril, por meio de um Decreto, que acabou com o Programa Nacional de Alfabetização, idealizado por Paulo Freire, que parte para o exílio e volta somente com a anistia, em 1979. Desde os primeiros dias de abril de 1964, várias pessoas foram indiciadas no Inquérito Policial Militar (IPMs). Feito estes desmontes, a repressão seguiu anos a fio. Os enfrentamentos também foram significativos. Em 1968, uma nova onda de extrema repressão invade os movimentos estudantil, operário e camponês, já sob o domínio do AI-05 (1968), extinto em 1978. Durante todo o período de vigência do AI-05, todos os direitos foram suspensos. O terror instaurou-se na sociedade brasileira. A peça *A Pandorga e a Lei* relata estes acontecimentos e faz um apelo à memória:

Não se calem as vozes, não se deixem calar. Não se perca a esperança. Não se deixem perder. Não se perca a lembrança, não se deixe perder. Se perder a memória vai tudo morrer. Não se esqueçam dos mortos, não se deixem esquecer. Que olvidar nossos mortos é deixar de viver.²⁷

Em seguida, um locutor relata a cena inicial da peça: "A pipa subindo. O homem e o menino se unem na mesma alegria. Quando está bem alta, no entanto, o fio se parte. A pandorga estava ruída no céu, pairando sobre as casinhas suburbanas." Relato de Emilio Bonfante, marinheiro, operário naval e líder sindical:

- meu nome é Emílio, fui preso logo depois de 1º de abril de 1964. Fui preso no estádio Caio Martins (Niterói). As prisões, os quartéis já estavam cheios. E eu, como inúmeros outros companheiros fui levado para o estádio. O que houve lá, não quero falar agora. O que passou, passou, mas pode voltar. Por isso é preciso que a gente não esqueça, nunca. Mas, no momento, está tudo bem. Naquela tarde eu estava na casa de um casal de companheiros, fazendo e empinando uma pandorga com o seu filho.²⁸

A pipa solta-se da linha e imediatamente os militares chegam. Em seguida, a *Lei de Segurança Nacional* (1983) é lida. Artigo por artigo. Esta Lei foi baseada na *Doutrina de Segurança Nacional*.

O ponto de partida da Doutrina de Segurança Nacional foi a revisão do conceito de "defesa nacional". Concebido tradicionalmente como proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos, este conceito, ao final dos anos 50, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo principal, as "forças internas de agitação". Esta revisão apoiava-se na bipolarização do mundo advinda com a chamada "guerra fria". [...] A primeira Lei de Segurança Nacional foi editada em fevereiro de 1967, quando dos primeiros avanços da "linha dura" em nosso país. Prevaleceu sobre todas as leis e mesmo sobre a Carta Magna, propugnando que todos os "antagonismos" deveriam ser puníveis como crimes contra a segurança do Estado.²⁹

²⁷ *A Pandorga e a Lei. Op. cit.*

²⁸ *Idem.*

²⁹ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança... *Op. cit.*, p. 10-14.

Na peça, a leitura imponente da Lei de Segurança Nacional transmite ao público uma sensação de que somente o desejo do Estado é o desejo legítimo. Para Deleuze e Guattari, não é a lei que limita o desejo. Ela cria um desejo e o reprime pela lei. "A lei nos diz: não esposarás tua mãe e não matarás teu pai. E nós, sujeitos dóceis nos dizemos: *então* é isso que eu queria!".³⁰ Ao construir em nós um desejo, um afeto, uma sensação, a lei nos captura de modos diferenciados, ampliando o controle da máquina do Estado e do capitalismo.

A obediência à lei está diretamente ligada à sua capacidade de reprimir. Há um amparo legal que institucionaliza a ausência de direitos, ou seja, "o direito tenta incluir em si sua própria ausência e apropriar-se do estado de exceção ou, no mínimo, assegurar-se uma relação com ele".³¹ Assim, a Lei de Segurança Nacional institui um Estado que torna legal o emprego da violência contra diversos modos de "subversão" à dita soberania nacional. O direito, então, obriga-nos a obedecer à ordem, não importa se esta é justa ou não. O direito não está preocupado com a justiça, mas com a obediência ao Estado. Esta é a pedagogia que o Estado nos inflige: ou obedece ou morre!

A *Pandorga e a Lei* nos desafia a conhecer a lei e a nos reconhecermos nas diferentes formas de terror vividas pelos personagens, sob o poder do Estado. Cláudio Ulpiano, em sua aula intitulada "Produzir Impossibilidades é o que precisamos", demarca o limite entre o pensamento e a obediência, nos diz:

A nossa universidade não é uma universidade para produzir pensamento. A única coisa que se produz na universidade é obediência. Se ensina o estudante a obedecer. Tanto que eu luto com muitos de meus alunos quando eles começam a dizer para mim: "eu não suporto mais". Eu digo: "Aguenta a barra. Aguenta a barra e pega esse diploma. É um instrumento de guerra". Porque a universidade só passa isso para nós. Quando você começa a verificar aulas em que a questão passa a ser o pensamento o estudante fica inteiramente surpreendido. Ele não está habituado, não está formado para isso. Porque desde os 3 anos de idade ele não para de receber essas forças constituintes de marcas e sinais. E em linguagem literária o que se produz é um homem dos hábitos. Um homem que tem um conjunto de hábitos e julga que aquele conjunto de hábitos que ele tem é a natureza dele. Então é preciso passar uma força, - sobretudo a literatura é muito bonita para isso - de estranhamento. Abrir uma espécie de buraco, onde você começa a verificar que sua natureza não é o seu conjunto de hábitos.³²

Talvez, a Universidade precise produzir abortos, construir o tempo da possibilidade. Digamos que a Universidade precise se *desmolecular*, produzir pensamento, deixar de obedecer. Não são somente os estudantes que obedecem. Todo o corpo docente vive para obedecer. Os órgãos de vigilância da dita produção docente e de fomento exigem obediência. Precisamos fazer uma "infinidade de abortos inevitáveis, de abortos de outrem e de abortos de si. [...] Só há mudança porque há aborto".³³

A propósito da nossa obediência à ordem instituída pelo Estado, alguns personagens relatam na peça sobre o vazio que sentiam, em alguns momentos, ao terem que obedecer a

³⁰ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo... Op. cit.*, p. 156.

³¹ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 80.

³² ULPIANO, Claudio. *Pensamento e Liberdade em Spinoza*. Aula gravada em 1988, no Planetário da Gávea, Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zZqszKmZqhA>>. Acesso em: 1 set. 2017.

³³ TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia... Op. cit.*, p. 27.

um comando abusivo de militares que, meticulosamente, articularam o golpe de estado. Sai da cela, entra na cela, hora de comer, de tomar banho, de dormir...toda a rotina na prisão era uma vida capturada para a obediência. Os sinais das chaves balançando. A certeza de que alguém seria torturado. As formas inusitadas de sevícias: jacarés, cobras... A obediência acontecia em função do medo. Seja de morrer, seja de presenciar um parente ou amigo sendo torturado. O controle sobre o corpo, sobre a dor do outro, manifesta-se na biopolítica, ou seja,

O poder tomou de assalto a vida. Isto é, o poder penetrou em todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, e as pôs para trabalhar. Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade. Tudo isso foi violado, invadido, colonizado; quando não diretamente apropriado pelos poderes.³⁴

Atualmente, esta mesma *Lei de Segurança Nacional*, promulgada pelo ditador João Baptista de Figueiredo (1979-1985), depois de vários anos sem ser acionada, foi utilizada pela ex-presença-militante da luta contra a ditadura, então presidente da República brasileira, Dilma Rousseff (2011-2016), para processar os manifestantes nas jornadas de 2013. Também serviu para prender e enquadrar na *Lei de Segurança Nacional* Humberto Caporalli, 24 anos, e Luana Bernardo Lopes, 19, após participarem do protesto em São Paulo, em apoio à greve de professores no Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 2013.³⁵ A política de esquecimento operada pelo Estado construiu uma narrativa que mantém intactos os acordos no período da dita abertura. O discurso da política do possível prevaleceu na ação do Estado, fortemente apoiado por muitos grupos sociais.

Mais uma forma de obediência ressaltada na peça é a obediência dos militares ao Estado. Do alto ao baixo escalão, as Forças Armadas obedecem sem questionar absolutamente nada. Na peça, os opressores subalternos aparecem como incapazes fazer uma reflexão mais apurada da realidade. Só obedecem! O ato de subordinação à hierarquia é imposto severamente aos militares das Forças Armadas e das polícias militares, por meio de torturas e mortes, desde o curso de formação. Inúmeros casos de mortes de jovens estudantes nestas escolas de formação de oficiais são denunciados. O caso de Márcio Lapoente da Silveira (falecido em 09/10/1990), cujos pais Cármen Lúcia Lapoente da Silveira e Sebastião Alves da Silveira são membros da diretoria do Grupo Tortura Nunca Mais - RJ, já dura vinte e sete anos, sem que os familiares consigam provar que Márcio faleceu sob tortura. Com o falecimento do esposo, em 2009, Cármen segue na luta.

O cadete Márcio Lapoente da Silveira, 18 anos, morreu em treinamento comandado pelo tenente De Pessoa, na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende/RJ. Na autópsia, que foi assinada por Rubens Pedro Macuco Janini – cujo registro profissional foi cassado pelo Cremerj, em 15 de setembro de 2000, por assinar laudos falsos durante o período da ditadura militar coincidentemente, informa que Márcio também sofreu exaustão por choque

³⁴ PELBART, Peter Pál. Biopolítica. *Sala Preta*, São Paulo, v. 7, p. 57-65, nov. 2007, p. 57.

³⁵ Aplicação de Lei de Segurança Nacional em protestos é anacrônica, afirma ONG. *Gazeta do Povo* (online), Curitiba, 8 out. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/aplicacao-de-lei-de-seguranca-nacional-em-protestos-e-anacronica-afirma-ong-3sny0nbhcf57fbqdoo37o21a>>. Acesso em: 25 set. 2017

térmico. Como o laudo é somente opinativo, não sendo conclusivo, até hoje a causa mortis continua sendo ignorada.³⁶

No entanto, outras falas insurgentes também estão presentes neste cenário, produzindo outros modos de sociabilidade. O que retemos do presente já não pertence mais ao presente, mas ao passado e ao futuro, simultaneamente.

O instante é o limite puramente teórico que separa o passado do futuro; pode-se, a rigor, ser concebido, mas nunca será percebido; quando julgamos surpreendê-lo, já está longe de nós. O que realmente percebemos é certa espessura de **duração** que se compõe de duas partes: **nosso passado imediato e nosso futuro iminente. Sobre esse passado estamos apoiados, sobre esse futuro estamos debruçados**; [...] Portanto, a consciência [memória] é um traço de união entre o foi e o que será, uma ponte lançada entre o passado e o futuro.³⁷

A arte engajada de João das Neves dialoga intimamente com a classe operária. O Teatro de Arena (1953), o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE (1962) e o Grupo Opinião (1962), dentre outros espaços de criação, desde a década de 1960, promoveram o encontro da crítica social com o operariado. O golpe empresarial-militar, por meio da violência, gerou o desmonte desta política. Personagens esquecidos da memória dita oficial e da memória dos militantes da classe média são trazidos nesta peça. Diferente de uma memória que esquece ou silencia os operários e as classes populares, a peça ressalta as opressões sofridas pelo operário naval Emilio Bonfante e pelos camponeses de Cachoeiras de Macacu, presos no Estádio Caio Martins, em Niterói, nos primeiros dias de abril de 1964. A mãe de Hamilton (estudante pobre) também é personagem da peça. A mãe de Hamilton vem do interior do Paraná para encontrar-se com o filho e pagar a sua dívida com o advogado, Dr. Modesto da Silveira.

2. Personagens Esquecidos

A simplicidade dos camponeses de Cachoeiras da Macacu, misturada à ingenuidade da mãe de Hamilton, parecem nos mergulhar em um tempo que nos tem sido constantemente roubado. A doçura destes personagens e a forma truculenta com que o Estado assolou as suas vidas nos mostram uma insuportável relação com o nosso passado mais longínquo, nosso passado da escravidão, nosso passado da ditadura Vargas, nosso passado de Canudos e tantos outros. E nos mostram, também, tal como um espelho refletido, as atrocidades que as classes populares sofrem hoje no Brasil. A realidade do encarceramento de negros pobres, a violência nas prisões, nas favelas, o descaso dos governantes com as escolas, a saúde e as universidades, bem como todos os serviços públicos direcionados à população, são expressões da mesma violência.

³⁶ Tortura, Morte e Corrupção: Atuação das Forças Armadas. *Grupo Tortura Nunca Mais – RJ* (site). Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/tortura-morte-e-corrupcao-atuacao-das-forcas-armadas>>. Acesso em: 10 out. 2017.

³⁷ BERGSON, Henri. *A Energia Espiritual*. *Op. cit.*, p. 5-6. Grifo meu.

Manuel Ferreira, Generino e Zé Curinga, camponeses de Cachoeiras de Macacu, personagens/testemunhos da peça, acusados de traidores da pátria por portarem pá, foice e martelo também podem ser revistos, no espelho refletido, na figura de Rafael Braga, jovem, negro, morador de rua no Rio de Janeiro, que responde a um processo na dita justiça por portar um desinfetante, nas jornadas de junho de 2013. Morador de rua, Rafael Braga conseguiu a liberdade provisória, porque contraiu tuberculose na prisão, depois de anos lutando na justiça, devendo aguardar o seu julgamento em casa. Ironicamente, a um morador de rua, a lei determina que pode ficar em casa, provisoriamente, até o seu julgamento. A *Lei de Segurança Nacional* atravessa o tempo. A mesma lei condena os operários, os pobres, os pretos e a muitos outros "inimigos internos", desde 1983, em sua sexta edição, está até hoje em vigor.

Na peça, a mãe de Hamilton, apesar de questionar sobre os anos de vida que o filho perdeu na prisão, mostra-se satisfeita por ter sido provada a sua inocência. E, como pagamento pela sua libertação, entrega ao advogado do filho, Dr. Modesto, um dinheiro que já saiu de circulação. O personagem, Dr. Modesto da Silveira, dá o seu testemunho sobre este ato:

Mas ela não se deu conta de que era uma nota velha, dessas que o governo já tinha tirado de circulação. Tinha vindo do Paraná até aqui, guardando aquela nota para me ajudar, para me agradecer. Eu guardo aquela nota até hoje. E hoje, que estamos todos aqui contra a lei de Segurança Nacional, eu não posso me esquecer da mãe do Hamilton, mãe de todos os Hamiltons. Que retirou uma semente e deu início a esta campanha.³⁸

Em entrevista, realizada pela autora, em 06/10/2017, Dona V. (preferimos resguardar seu nome), esposa de um operário naval do estaleiro Costeria, preso no dia 06 de abril de 1964, revela que quando soube da prisão do seu noivo, ela e a mãe dele saíram em sua busca. Ficaram dias o procurando. Ninguém sabia ou informava onde ele estava. Foram para diferentes delegacias, foram ao sindicato, na casa de amigos e acabaram sabendo que o operário naval estava detido no Centro de Armamento da Marinha (CAM). Depois de muita insistência, os militares deixaram que ela visse o noivo. De longe, ela o avistou numa cela. Estava careca, tinham raspado a cabeça dele. O militar olhou para ela, que tinha apenas 19 anos, e falou para ela arranjar outro noivo porque ele não sairia vivo dali. Em sua segunda prisão, em 1968, eles já estavam casados há três anos. Mais uma vez, depois de percorrer inúmeros centros de tortura, a esposa conseguiu ver o operário naval, de longe, muito abatido. Novamente ela encontra o mesmo militar torturador. Ela sabia que não podia falar nada sobre sua revolta, mas olha para ele e aponta o dedo da aliança, agora na mão esquerda. Mostrou para ele que estava casada. Esta senhora contou-nos essa memória dos seus enfrentamentos à ditadura com uma imensa satisfação.

Zuzu Angel, famosa estilista brasileira, se encontrou,

³⁸ A Pandorga e a Lei. Op. cit.

nos Estados Unidos com o senador Edward Kennedy; furou o cerco da segurança norte-americana e conversou com o então secretário de Estado Henry Kissinger, em visita ao Brasil; prestou detalhado depoimento ao historiador Hélio Silva; e escreveu ao presidente Ernesto Geisel, ao ministro do Exército, Sylvio Frota, ao cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, e à Anistia Internacional. Em um de seus desfiles, estampou os figurinos com tanques de guerra e anjos.³⁹

A esposa do desaparecido Amarildo, Elizabeth, moradora da favela da Rocinha, Zona Sul do Rio de Janeiro, foi a primeira a denunciar o seu desaparecimento, em 14 de julho de 2013.

O marido saiu de casa para comprar limão e alho para preparar o peixe. Quando não pescava sábado, pescava domingo. Naquele fim de semana, a pescaria fora no domingo e o pedreiro Amarildo de Souza, seu parceiro dos últimos 27 anos, voltara com dez peixes graúdos.

Amarildo limpou os peixes na escada de entrada do barraco de um cômodo que dividia com a mulher e os seis filhos na Rocinha. Guardou-os na geladeira e saiu.

Chegando à birosca onde compraria o alho e o limão, Amarildo foi levado por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha "para verificação".

Elizabeth o viu pela última vez entrando numa viatura policial. Mais tarde, a UPP informou que Amarildo já tinha sido liberado e estaria voltando para casa.

Mas Amarildo nunca apareceu e a família não teve estômago para comer os peixes que ele pescara. Deu para os vizinhos.⁴⁰

Esta prática tornou-se corriqueira no período da ditadura empresarial-militar brasileira. O governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974) foi marcado pela legalização e ampliação da prática do terror do Estado, a partir do estabelecimento de duas severas leis que legitimavam todas as mortes e atrocidades. Médici foi responsável pela nova edição da Lei de Segurança Nacional (1969), e foi responsável por manter o Ato Institucional Nº 5, em 13/12/1968, criado pelo governo anterior, do ditador Costa e Silva (1967- 1969). Depois do terrível período do governo Médici, Ernesto Geisel (1974-1979) toma posse, com o discurso de que o seu governo daria início uma política de distensão rumo à democracia. As mortes, torturas, prisões, os desaparecimentos permaneceram.

Este período é marcado por uma profunda mobilização social. Das formas mais sutis de enfrentamento às mais emblemáticas, incansavelmente, a sociedade lutou contra as arbitrariedades da repressão. A mãe de Hamilton, personagem/testemunho da peça, enfrentando a ditadura, protagoniza a luta de muitas mulheres. Foi neste cenário que surgiu o Movimento Feminino Pela Anistia e Liberdades Democráticas, fundado em São Paulo, por Terezinha Zerbini, em 1975. Rapidamente, este movimento se espalha pelas capitais brasileiras, ganha fôlego e amplia-se com a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), enfrentando o terror do Estado.

³⁹ MERLINO, Tatiana & OJEDA, Igor (orgs). *Direito à memória e à verdade*: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Caros Amigos, 2010, p. 171.

⁴⁰ CARNEIRO, Julia Dias. Caso Amarildo: Dois meses depois, 'ninguém sabe, ninguém viu', diz esposa. *BBC Brasil* (site). Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130914_amarildo_2meses_jd_dg>. Acesso em: 29 set. 2017.

3. A morte do futuro e o grotesco como Acontecimento

A pandorga que solta de linha é uma metáfora da vida roubada, da liberdade perdida. O outro impacto que essa peça sugere fala sobre nós. Sobre o nosso medo, que atravessa os tempos. Nos relatos presentes na peça, a fala testemunhal, na primeira pessoa do singular, nos dá um sentimento de pertencimento, de experimentar a situação de horror, de termos a nossa vida sequestrada pelo Estado.

A crueldade e a insanidade do torturador extrapolam todos os atos de compreensão possível. Na peça, quando Tânia vai visitar o seu irmão, é surpreendida com um ato de total sadismo. O torturador de seu irmão e de seus companheiros, "um homem aparentemente tão agradável" [relato de Tânia], em seu desejo de torturar, torturar e torturar, compra galinhas vivas e sai pelas ruas, depenando-as ainda vivas. Com a roupa, o corpo e as mãos completamente sujos de sangue e de penas, o torturador ri para Tânia, com total naturalidade.

A saga de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Dorinha, Dora, Dodora, Doralice, que depois de resistir a todas as formas de opressão, depois de ter passado pelo exílio no Chile, no México e de ter sido extraditada para Berlim, não resiste, ou melhor, resiste e, em 1978, atira-se na frente de um trem em Berlim Oriental. Esses fatos mostram-nos o sem-limite da nossa capacidade humana de suportar o horror.

Os relatos das torturas das três moças (Martha, Márcia e Marciane) é outro momento muito dolorido nesta peça. Assombra a sensação de ter os seios arrancados com alicate. Uma espécie de impotência nos corrói. Um sentimento de horror nos irrompe.

[Locutor] Em cena, três moças diante de carrascos, encapuzadas. As moças estão com as mãos e os pés abertos, presas por correntes. Uma figuração de tortura medieval. Puxando o cabelo de uma delas, o torturador grita:

- Diz o nome dele, sua puta!

- [torturada] Vá a merda!

Na frente do público encena-se o estupro!

Segunda moça:

O torturador grita: - Sua profissão?

- [torturada grita] Revolucionária!

- Puta!!!!O que você é? É puta de... sua escrota... Fala, senão eu te corto o bico do teu seio.

- Eu não tenho nada a dizer.

- Cortem o seio dessa putinha!

A cena seguinte passa para o tribunal [militar]. As três moças estão no banco dos réus.

- foi assim Sr. Presidente. [falam as moças]

- As senhoritas estão cientes de que podem ser processadas por falso testemunho? [fala o presidente]

- falso testemunho? Olhe isso aqui, Excelência! [Mostra os seios mutilados.]

Em seguida, em um coro, as moças falam:

- Eis as provas das torturas. Não voltem os olhos. Aqui estão, neste seio mutilado, há outras mutilações. E às matas rebaixadas, antigas rebaixações. A sina da morte das crianças, um pouco da morte das mães. E da morte do futuro. Prenúncio de furacões.

Depois de decretada a prisão das moças. Canta-se o hino Nacional. Ouviram do Ipiranga...⁴¹

⁴¹ A Pandorga e a Lei. Op. cit.

O que significa decretar a morte do futuro? Entrar nas vísceras da memória é sentir os sabores amargo-doce-salgado-azedo do futuro. Os diferentes sentidos do passado têm uma função primordial para a memória. O passado não está no passado. Nem o futuro é algo que ainda virá. O tempo, no sentido da duração, é múltiplo e indivisível. O ontem e o agora se unem ao amanhã em movimentos inesperados, que afirmam a possibilidade do Acontecimento.

Enquanto Cronos era inseparável dos corpos que o preenchiam como causas e matérias, Aion é povoado de efeitos que o habitam sem nunca preenchê-lo. Enquanto Cronos era limitado e infinito, Aion é ilimitado como o futuro e o passado, mas finito como o instante.⁴²

A violência policial nas favelas, na Baixada Fluminense, nos lugares em que o poder público entra somente para mostrar a sua face violenta, é banalizada pela mídia burguesa e obscurecida por uma parcela da sociedade brasileira. As ações dos policiais e das milícias nesses lugares não diferem em nada das ações violentas do Estado na ditadura. Tiros, invasão das residências das classes populares, torturas, desaparecimento e mortes são comuns nestas localidades. Há uma estreita similitude entre as violências do passado e as do presente. Os "inimigos internos do regime, [...] passam a ser os segmentos mais pauperizados e não mais somente os opositores políticos. São todos aqueles que os 'mantenedores da ordem' consideram 'suspeitos' e que devem, portanto, ser vigiados e, se necessário, eliminados."⁴³

Há uma defesa dessas ações repressoras nos meios de comunicação burgueses, que as legitimam, apoiadas por diferentes grupos sociais, que as consideram "necessárias" para a manutenção da dita ordem. A metáfora da guerra ao tráfico justifica toda a violência sobre estes territórios. Não somos ingênuos de esperar do Estado outra ação sobre as classes populares e sobre todos os que ousam desafiá-lo. O genocídio a essa população é invisibilizado, afinal, o alvo principal são jovens pretos e pobres. Excluídos da lógica do capital, essa população tem pouca ou quase nenhuma esperança em relação ao futuro. A exclusão diária, aliada à violência sem limites, instaura um clima de medo e de terror. Crianças, jovens, adultos e idosos igualmente sentem uma grande dúvida sobre o amanhã. No entanto, mesmo sob este terror extremo, esses atingidos e familiares têm se organizado, não se resignam e ainda persistem na luta. Inúmeros familiares e representantes de movimentos sociais como Mães da Candelária, familiares da Chacina de Vigário Geral, as Mães de Maio, a Rede de Movimentos Contra a Violência e muitos outros, não somente no Rio de Janeiro, fariam também, como na peça: "- A morte das crianças é a morte das mães! A morte do futuro!"

No entanto, há uma gota de esperança que sempre nos impede de sucumbir completamente. Mães, cujos filhos morreram nas mãos do Estado, ainda encontram em seu íntimo a capacidade de agir. Querem ser exemplo para outras mães. Atuam diretamente dentro das favelas, enfrentam policiais. Muitas encaram os mesmos policiais que ceifaram a vida dos seus filhos para defender os filhos de outras mães. Algumas ainda conseguem sentar nos bancos escolares e fazer uma faculdade, quase sempre de Direito, quase sempre em

⁴² DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 170.

⁴³ COIMBRA, Cecília. Doutrinas de segurança... *Op. cit.*, p.16.

instituições privadas. Querem conhecer a lei para que possam usar a seu favor e a favor dos que precisam. São referências para outras mães. Nos tribunais, elas conhecem como qualquer advogado os trâmites da lei. Elas dão aulas de Direito, de processo penal, de comportamento no tribunal. Em meio ao caos, esses parentes constroem muitos caminhos de enfrentamentos e de solidariedade.

Entender o passado, as dores e até mesmo os traumas como possibilidades de ação é um grande desafio. Construir essa “força plástica” e não permitir ser “coveiro do presente”, interceder sobre o passado a fim de construir um caminho de afirmação da vida, como Nietzsche sugere, é um tremendo desafio contra o opressor. Construir uma força transformadora, que cresce e nos transforma por dentro, que incorpora o que é “estranho e passado, curando feridas, restabelecendo o perdido, reconstituindo por si mesma as formas partidas. [...] Usar o que passou em prol da vida e de fazer história uma vez mais a partir do que aconteceu, [só assim] o homem se torna homem.”⁴⁴ Isso vale tanto para o homem, como para o povo e para a cultura, segundo Nietzsche.

Este autor disserta sobre duas atitudes frente ao conhecimento histórico, definidas em duas palavras: sabedoria ou vida. Há homens que querem conhecer a história porque ela os ensina como foi o passado. Ao se enterrarem no passado, asfixiam-se no orgulho que esta sabedoria produz. Esta forma de fazer a história faz do historiador “um passeante mimado no jardim do saber”. A crítica de Nietzsche ao historicismo do século XIX – que “padece de uma febre histórica” – repousa exatamente no fato de que esta história que nasce dele é “supérflua e luxo do conhecimento”, e o “supérfluo é inimigo do necessário”. Então, a história deve nos servir para algo. “Somente na medida em que a história serve à vida queremos servi-la”. Fazer história para afirmar a vida!⁴⁵

Assim, a história é necessária e importante. Esquecer e lembrar são fundamentais, no tempo certo. Nietzsche nos convida a pressentir, por meio do nosso instinto, “quando é necessário sentir de modo histórico, quando de modo a-histórico”. “*O histórico e o a-histórico são na mesma medida necessários para a saúde de um indivíduo, um povo e uma cultura*”.⁴⁶ Elaborar o passado para subtrair dele o necessário para a afirmação da vida é o desafio que Nietzsche nos propõe.

Seu contemporâneo, Bergson, também nos indica que consciência é memória e antecipação, é escolha. Os momentos de crise são aqueles em que a “consciência alcança mais vivacidade”, uma vez que nestes momentos, pelas nossas escolhas, assumimos maior responsabilidade sobre o nosso futuro.⁴⁷ “O ser vivo escolhe ou tende a escolher. Seu papel é criar. Num mundo onde todo o restante é determinado, tem a seu redor uma zona de indeterminação.”⁴⁸ É nesta zona que podemos encontrar a força libertadora. Só assim

⁴⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*: Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2003, p. 10-12.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 3.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 11. Grifo do autor.

⁴⁷ BERGSON, Henri. *A Energia Espiritual*. *Op. cit.*, p. 11.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 12.

podemos nos elevar acima de nós mesmos. Esta força, designada por Bergson de força espiritual, se realiza na criação.

Para criar o futuro é preciso preparar algo dele no presente, como a preparação do que virá só pode ser feita utilizando o que foi, a vida empenha-se desde o início em conservar o passado e antecipar o futuro numa duração em que passado, presente e futuro se encavalam e formam uma continuidade indivisa: essa memória e essa antecipação são, como já vimos, a própria consciência.⁴⁹

Para Deleuze, esta força libertadora é produzida pela lógica da “contra-efetuação”, “tornar-se o comediante de seus próprios acontecimentos!”⁵⁰ O momento do acontecimento é o da “efetuação”. É preciso encarnar a ferida, produzir na efetuação a contra-efetuação. Nisso há um chamado à vida. Inferindo sobre Joe Bousquet, Deleuze nos convida ao Acontecimento. “O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera.”⁵¹ Deleuze nos convida não a sair do presente, mas produzir no presente aquilo que nele se distingue dele, o fora deste, neste, operar a transmutação. “Tornar-se digno daquilo que nos ocorre, por conseguinte, querer e capturar o acontecimento, tornar-se o filho de seus próprios acontecimentos e por aí renascer, refazer para si mesmo um nascimento. Romper com o seu nascimento de carne.”⁵²

Em algumas cenas da peça diferentes histórias/não ficção relatam o luto, a denúncia e o Acontecimento. O personagem/testemunho Frei Beto fala sobre o luto a Frei Tito: “- O torturador o perseguiu implacavelmente, dia após dia, a cada segundo, onde quer que estivesse, ele foi perseguido. Até o instante final, o suicídio.” E pede um minuto de silêncio pela morte de Frei Tito. Denuncia a sua tortura, executada pelo delegado Fleury.

Na cena seguinte: Fátima, no limiar entre sucumbir ou resistir à tortura, inventa um lugar onde poderiam estar os seus amigos: “- Eu conto, levo vocês até onde eles estão. Eu não sei dizer o endereço, mas sei ir lá. É nas Laranjeiras”. Em seguida, Fátima dá o seu testemunho:

- Eu tinha dezoito anos quando fui sequestrada e torturada. Eles queriam que eu dissesse tudo. Tudo o quê? Só eles sabiam. Eu não sabia nada. E se soubesse não diria. Não é heroísmo. É nojo mesmo. O nojo nos faz muito mais forte do que poderíamos imaginar... Eles me ameaçaram de morte. Eu inventei um lugar. Eu ia morrer, sim. Mas queria de algum modo tornar pública a minha morte. Talvez pudesse salvar algumas vidas.⁵³

Ela chega até o local. Havia uma festa! Ela convence os militares a entrarem na festa. Os militares invadem a festa, diante de estranhos, Fátima grita/denuncia: “Meu nome é Fátima de Oliveira. Eu estou sendo torturada. Há alguns dias eles me sequestraram e vão me matar.” O dono da casa grita: “- O que é isso? Que abuso é esse? Eu sou um general, irmão do I comandante do Exército. Quem são vocês?”

Novo testemunho de Fátima:

⁴⁹ BERGSON, Henri. *A Energia Espiritual*. Op. cit., p. 11

⁵⁰ DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. Op. cit., p. 153.

⁵¹ *Ibidem*, p. 152.

⁵² *Ibidem*, p. 153.

⁵³ *A Pandorga e a Lei*. Op. cit.

- Não, eu não me livrei das torturas. Talvez tenha sofrido mais, muito mais depois disso. Mas a minha prisão teve que ser oficializada. E com isso todos ficaram sabendo, inclusive meus companheiros... Mas isso não acontece mais no Brasil. É o que muita gente boa diz, não é? Afinal, já tivemos abertura política. O último exilado virou maquiado em programa de televisão. Houve anistia, eleição direta para governador, etc, etc. É preciso não esquecermos que isso pode voltar acontecer a qualquer momento. E amparado legalmente. A Lei de Segurança Nacional criou entre outras coisas, esse absurdo jurídico que é a incomunicabilidade longa. Tão longa, mas tão longa, que atingiu dez dias. E que é apenas o prazo necessário para que se apaguem os principais vestígios das torturas. Essa maquiagem de torturada, que tanto deve ter chocado alguns vocês na platéia do teatro, essas marcas que aqui diante de vocês desapareceram em alguns minutos, na vida real, desapareceriam em dez dias e se precisassem de mais, mais tempo teriam. Dez dias era apenas o prazo legal, não o real. A Lei de Segurança Nacional, apesar de ser amenizada, após uma rigorosa campanha de opinião pública visando a sua abolição, continua em vigor. E nela estão sendo enquadradas e processadas inúmeras pessoas, ainda hoje.

A fala de Fátima ainda é atual. Nestes mais de cinquenta anos, desde o golpe empresarial-militar brasileiro, a *Lei de Anistia* (Lei n.º 6.683 de 1979), continua sendo interpretada pelo STF igualando a ação do Estado à ação dos opositores da ditadura, sob argumento de que estas ações são conexas. Segundo Fábio Konder Comparato e outros juristas,⁵⁴ há um absurdo nesta interpretação, uma vez que essas ações partem de duas naturezas distintas. Uma ação parte da sociedade e outra ação parte do Estado, por isso a interpretação de conexidade é completamente sem base jurídica. A *Lei de Anistia* deixou de contemplar inúmeros militantes, dentre eles, o que entraram para a luta armada (denominados terroristas), os que cometeram assalto, sequestro e atentado pessoal à vida dos outros. Comparato salienta que após a *Lei de Anistia* os militares continuaram a sua marcha de terror:

Em 1980, registraram-se no país 23 (vinte e três) atentados a bomba, entre os quais o que vitimou, na sede do Conselho Federal da OAB, a secretária da presidência, D^a Lyda Monteiro da Silva. Em 1981, houve mais 10 (dez) atentados, notadamente o do Riocentro, cujos responsáveis, ambos oficiais do Exército, foram considerados, no inquérito policial militar aberto em consequência, vítimas e não autores!⁵⁵

Mesmo tendo sido condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em 2010, em uma ação iniciada em 07 de agosto de 1995, pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM-RJ) e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo (CFMDP-SP), o Estado brasileiro manteve-se firme na convicção de que "os acordos mantidos no processo de transição democrática serão respeitados" afirmou a então presidente da República, e ex-presa por lutar contra a ditadura, Dilma Rousseff (2011-2016).

A sentença da Corte, além de condenar a precária *Lei de Anistia* que foi feita no Brasil, ainda determina que o Estado brasileiro investigue, processe, sancione, esclareça e responsabilize seus agentes que participaram da Guerrilha do Araguaia. A sentença também

⁵⁴ COMPARATO, Fábio Konder. A Balança e a Espada. *OAB SP* (site). Publicado em: 27 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2010/08/27/6376>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

⁵⁵ *Idem*.

determina que o Estado brasileiro tem a “obrigação de produzir e conservar a informação, o que os obriga a buscá-la e implementar medidas que permitam a custódia, o manejo e o acesso aos arquivos”.⁵⁶

Poderíamos supor que há nisso tudo algo de muito grotesco. Os arquivos ainda permanecem fechados, os corpos dos desaparecidos do Araguaia e de muitos outros lugares permanecem sem localização, a *Lei de Anistia* permanece intacta. No entanto, o que se pode esperar do Estado e o que se pode esperar do capitalismo? Grotesco seria supor que esses atos fossem uma exceção, não há nenhuma incoerência. Todos os dias milhares de pessoas são torturadas no Brasil. Outros milhares morrem nas mãos do Estado. Tantos outros desaparecem. A política econômica deixa milhões de famílias na miséria.

Na arte, o grotesco carrega sentido diferente de bizarro. Vinicius Pereira, inferindo sobre o conceito de grotesco, tal como Guillermo Cacace (pesquisador e diretor argentino contemporâneo) o define, está localizado no desnível, no desconexo, naquilo que o ator experimenta, que transborda *no* e *do* personagem. Está neste entre-lugar interpretativo. “O grotesco não é portador de sentido, não remete a nada, é uma encarnação do sentido. Não admite máscaras porque é justamente sua desconstrução ou bem, a potência que habita detrás da máscara emergindo por suas gretas”.⁵⁷

Na peça *A Pandorga e a Lei*, algumas cenas nos remetem a este sentido do grotesco. A tortura com jacaré sobre Tânia, que deu errado, e os militares prisioneiros na casa de Onofre, ao tentar capturá-lo, tornaram-se reféns do militante. O grotesco na peça apresenta-se no transbordo dos sentidos, que acolhem as brechas como possibilidade. O “emergir sobre as gretas”,⁵⁸ mostrar o ridículo, o Estado como bufão e a ação fortalecida dos oprimidos ante a ação insana do Estado – que perdeu o seu controle e se enfraqueceu – são ações que constroem possibilidades sobre os destroços do Estado.

Na peça, os soldados são obrigados a pegar o jacaré e os deixam na cela de Tânia. Eles têm medo do jacaré. Estão apavorados, mas precisam cumprir ordem, precisam obedecer. Jogam o jacaré na cela para torturar a moça presa. Tentativa frustrada. A presa canta, “dorme nenê... - Veio fazer companhia para a Taninha, meu amor!” O jacaré, dócil, é recolhido. Tânia não tem medo do jacaré e entrega-o nas mãos do tenente. Testemunho de Tânia: “- Baratas, cobras, jacarés toda espécie de animal eram jogados nas celas. Mas nem sempre era possível suportar”. Mas a Tânia desmoralizou o jacaré do tenente e acabou com a tortura no DOI-CODI.” [Fala o locutor].

Em outra cena, o estudante Onofre prende em seu apartamento o tenente que foi prendê-lo. Seu apartamento é invadido por um tenente e dois soldados. De repente, bate à

⁵⁶ CORTE Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Sentença de 24 de novembro de 2010. Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

⁵⁷ PEREIRA, Vinicius. Uma reflexão sobre a experiência da interpretação a partir de estados emocionais. In: CARREIRA, André (org.). *Teatro e Experiências do Real* (Quatro Estudos). Buenos Aires; Los Angeles: Argus-a Artes y Humanidades, 2016, p. 159. (Citação de: CACACE, Guillermo. *Grotesco y Dramaturgia*. [não publicado], p. 02.).

⁵⁸ *Idem*.

porta. Onofre atende, é uma senhora que vem recolher a sua roupa suja, a lavadeira. Onofre abre a porta, a mulher entra e Onofre foge. Liberto, Onofre liga para o tenente e o ameaça. Quem está preso agora é o tenente. Inverteu-se a situação. O tenente, oprimido, aceita o acordo. Vai embora e deixa tudo arrumadinho.

A pandorga, na primeira cena, é uma metáfora da vida roubada, da liberdade perdida, subsumida pela Lei, pelo Estado e pela acumulação capitalista. Na última cena, a pandorga retorna apontando outra possibilidade, a possibilidade do Acontecimento, do Aion. Locutor:

- Eu me despeço de vocês meus amigos. Mas antes eu quero dizer que agora estou aprendendo a andar com pipas. Pipa para todas as crianças do mundo. Pandorgas que não vão mais arrebentar. O mesmo, em mim... Nas ruas desata a flor do amanhã. Nas casas o medo. Nas carnes a dor. Nos mares a morte dos feixes de luz. Nos rostos silêncio, nas veias temor. Nos olhos a brasa do escuro se faz. Memórias de ontem, em nome da flor.⁵⁹

A Vida é uma série ininterrupta de abortos ou diferenciações. Se tem aborto é porque nada é utilizado por inteiro. Há sempre um lugar que ainda não foi habitado. Há sempre um tempo que ainda não foi sentido. A sempre uma ação a ser tomada. Há sempre a indeterminação, as pandorgas que não mais se arrebentarão, estão em nós, nos nossos abortos, nos possíveis...

Não fazemos um movimento, seja corporal, seja mental, sem esmagar milhares de germes, sejam seres vivos, sejam ideias, sem aniquilar mundos possíveis. Com efeito, os possíveis não realizados desempenham, em relação às realidades, o papel dos vazios do espaço em relação aos corpos. Eles são necessários às mudanças e aos progressos das coisas, assim como os vazios não preenchidos são necessários aos movimentos e às combinações delas.⁶⁰

Considerações finais

A peça *A Pandorga e a Lei* nos possibilitou visitar a memória da ditadura militar-empresarial brasileira, observando as permanências e apontando as diversas possibilidades de enfrentamento aos modos de capturas operados pelo aparelho de Estado. O capitalismo tem de singular a sua incessante investidura nos desejos, cujos fluxos são continuamente descodificados e desterritorializados, recodificados e reterritorializados, como nos afirmam Deleuze e Guattari.⁶¹ Não há limite para a sua potencialidade. Quase tudo é reconfigurado no capitalismo e capturado pelo aparelho estatal.

Assim, os aparelhos do Estado operam na política de permanência do capitalismo, incessantemente renovado e reinventado. A forma como o Estado investiu nas políticas de memória da ditadura empresarial-militar brasileira seguiu esta mesma lógica, reatualizando, reproblematisando, expandindo os seus limites, construídos sobre uma formação societária reacionária, paranóica e fascista, mantendo intacta a universalidade do capitalismo.

⁵⁹ *A Pandorga e a Lei. Op. cit.*

⁶⁰ TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia... Op. cit.*, p. 216 e p. 224, respectivamente.

⁶¹ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo... Op. cit.*

O Estado brasileiro pós-ditadura, governado por presidentes que foram atingidos pela ditadura, trouxe para o centro da discussão um falso problema: falta justiça, falta memória e falta verdade. Memória, Verdade e JUSTIÇA, esbravejam muitos movimentos sociais, muitos intelectuais, muitos defensores de direitos humanos e muitos funcionários da máquina capitalista! "Nenhuma sociedade pode suportar uma posição de desejo verdadeiro sem que suas estruturas de exploração, de sujeição e de hierarquia sejam comprometidas."⁶²

Este Estado constrói uma memória que revisita a dor e mantém intacta uma questão fulcral: a dor se renova diariamente, em cada pessoa presa, torturada, estuprada, desaparecida, rastejada, desempregada, rastreada por serem consideradas "classes perigosas".⁶³ Retornemos à indagação de Primo Levi: "Em que medida o mundo concentracionário morreu e não retornará mais, como a escravidão e o código dos duelos? Em que medida retornou ou está retornando?"⁶⁴

Ao construir uma memória que olha somente para o passado, o Estado está plenamente em conjunção com a máquina capitalista, por isso, o tempo passado tem primazia sobre todos os outros, sobre todas as multiplicidades construídas pela duração. Esta memória jamais criará algo diferente do ressentimento, ainda que estejam amparados em serviços de atendimento clínico. Revisitar o passado, olhando somente a possibilidade que ele um dia desejou, é uma característica da própria máquina capitalista operada em conjunção com os Aparelhos de Estado. O desejo de desejar e o desejar do desejo são produzidos incessantemente e modificados pelos múltiplos axiomas que a máquina capitalista captura, para todos os lados, em todas as direções, portador de todos os sentidos. Nas intuições, nas sensações e nas percepções, a fim de expandir infinitamente o seu poder. "O capitalismo e seu corte não se definem apenas pelos seus fluxos descodificados, mas pela descodificação generalizada dos fluxos... pela conjunção dos fluxos desterritorializados. Foi a singularidade dessa conjunção que fez a universalidade do capitalismo."⁶⁵

Como o anjo de Klee que se recusa a percorrer passado-presente-futuro,⁶⁶ para o Estado, o passado e o futuro não trazem surpresa alguma, não podem produzir nenhum Acontecimento. Apenas a possibilidade de revisitá-lo já é considerado um progresso. Façamos as mudanças para que nada mude.

A Comissão Nacional da Verdade, a despeito de todo o investimento do Estado em logística, funcionários, viagens, pouco avançou na direção de uma consciência maior sobre as responsabilidades dos atos cometidos pelo Estado durante o período da ditadura empresarial-militar; também quase nada avançou na reflexão sobre as continuidades entre o passado da ditadura e hoje. Quase nada avançou em direção à ampliação da informação sobre este período. Os principais arquivos da ditadura permanecem fechados, são eles: Polícia Investigativa (P2), Marinha, Exército e Aeronáutica. Os arquivos do DOPS-RJ, que se

⁶² DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo...* Op. cit., p. 158.

⁶³ COIMBRA, Cecília. *O Mito das Classes...* Op. cit.

⁶⁴ LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 7.

⁶⁵ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Op. cit., p.298.

⁶⁶ BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica...* Op. cit., p. 226.

encontram abertos, precisam de um tratamento especial, pois estão completamente desorganizados, tornando difícil a sua pesquisa.

Sequer a condenação do Estado Brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos abalou a marcha da memória conciliatória que o Estado realizou. A Lei de Anistia permanece intacta, apesar das inúmeras discussões públicas e das ações jurídicas. O retrocesso que estamos vivendo não iniciou com uma política conciliadora, nem iniciou com a saída de parte da Coligação petista do poder, mas se fortaleceu pela racionalidade de sua loucura. A máquina capitalista é demente, ela é completamente louca, “e é disto que sai a sua racionalidade”.⁶⁷

O Estado sempre cresce em direção à concretização ao desejo da força dominante. Tomado pelo próprio movimento do desejo, penetrando profundamente, territorializando-se e desterritorializando-se em todas as modalidades possíveis. “O desejo é determinado a desejar a sua própria repressão (imperialismo).”⁶⁸

Não há dúvida de que a liberdade que o capitalismo produz, irrestrita, cotidianamente reinventada, abra brechas para a criação de práticas que permitem as linhas de fuga. É mesmo dentro da máquina capitalista que se abrem gretas onde a arte do grotesco flui - as cenas de Fátima que abraçou o jacaré, do sequestro do tenente e da galinha depenada viva são fatos reais, não são ficção, apenas os nomes dos personagens foram outros - são nessas linhas de fuga, nestes atravessamentos abortivos, esquizofrênicos, ilimitados, desregrados e múltiplos pode ser possível um devir revolucionário.

Pensar em termos de duração enseja olhar as inúmeras possibilidades que a relação passado-presente-futuro pode nos auxiliar para construirmos múltiplos encontros com outros modos de existir. Outros fluxos, outros desejos que mobilizam a criação de um fora, distinguindo-se da lógica produzida pela máquina capitalista são possibilidades construídas nesta peça. Depois de percorrido todos os horrores, a pandorga ressurgiu “em nome da flor”, como uma metáfora da liberdade plenamente realizada. “Nas mãos de todas as crianças, pandorgas que nunca mais se arrebetarão!”

Joana D'Arc Fernandes Ferraz: Professora do Departamento de Sociologia e Metodologia da Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (UFF). Realizou estágio pós-doutoral pelo Programa de pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), linha Memória e Patrimônio; doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); mestrado em Ciência Política pela UFF; e, Graduação em História pela UERJ. Suas Pesquisas estão vinculadas aos seguintes temas: Memória da Ditadura Brasileira; Violência do Estado; Direitos Humanos; Memória e Patrimônio.

⁶⁷ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo...* Op. cit., p. 495.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 493.